

MENSAGEM Nº 717

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **FÉLIX BAES BAPTISTA DE FARIA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **FÉLIX BAES BAPTISTA DE FARIA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 13 de agosto de 2026.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 798/2026/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FÉLIX BAES BAPTISTA DE FARIA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Belchior, Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 17/08/2026, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7792951** e o código CRC **727B40AF** no site:
https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00333.003395/2026-88

SEI nº 7792951

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE FÉLIX BAES BAPTISTA DE FARIA

CPF.: 043.19

ID.: OAB/RJ

1972 Filho de informações pessoais e informações pessoais, nasce em 27 de junho, em Praga, República Tcheca (brasileiro nato de acordo com o art. 140, §1º, alínea "b", da Constituição de 1967)

Dados Acadêmicos:

1996	Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)
2001	PROFA I, Instituto Rio Branco
2007	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, Instituto Rio Branco
2017	LXII Curso de Altos Estudos (2017): "A Importância da Inteligência Comercial na Diplomacia Brasileira para a Internacionalização das Empresas do País no Âmbito Regional", consolidando reflexão teórica e aplicada sobre o uso de instrumentos de inteligência econômica na formulação e execução da política externa

Cargos:

1999	Terceiro-secretário
2005	Segundo-secretário
2007	Primeiro-secretário, por merecimento
2013	Conselheiro, por merecimento
2020	Ministro de segunda classe, por merecimento

Funções:

2001-05	Divisão de Coordenação Econômica e Assuntos Comerciais do Mercosul, assistente
2005-08	Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos, em Washington, segundo-secretário e primeiro-secretário
2008-10	Embaixada do Brasil em Quito, primeiro-secretário
2010-13	Divisão de Inteligência Comercial, assistente e chefe
2014-17	Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL, em Montevideu, conselheiro
2017-18	Divisão de Inteligência Comercial, chefe
2018-19	Divisão de Seguimento de Cúpulas, chefe
2019-20	Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África, chefe de gabinete
2020-22	Embaixada do Brasil em Amã, ministro-conselheiro
2022-24	Embaixada do Brasil em Pretória, ministro-conselheiro
2024-	Embaixada do Brasil no Kuwait, ministro-conselheiro

Obra publicada:

“A Inteligência Comercial sob a ótica de Larry Kahaner, Michael Porter e Elaine Marcial” – *Cadernos de Política Exterior*, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) / Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG).

Condecorações:

2013	Ordem de Rio Branco, oficial
2023	Medalha Mérito Tamandaré
2024	Medalha do Exército Brasileiro



**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO
DEPARTAMENTO DE ÁFRICA
DIVISÃO DE ÁFRICA CENTRAL E OCIDENTAL**

REPÚBLICA DO MALI



OSTENSIVO

Julho de 2026

SUMÁRIO

PERFIS BIOGRÁFICOS	4
RELAÇÕES BILATERAIS	5
Cooperação em defesa	7
Cooperação para formação de diplomatas.....	8
Cooperação humanitária.	8
Diplomacia da saúde	8
Candidaturas	8
RELAÇÕES ECONÔMICAS	9
Comércio	9
Empréstimos e financiamentos oficiais	9
Cooperação em energia	Erro! Indicador não definido.
ASSUNTOS CONSULARES	10
POLÍTICA INTERNA	11
Antecedentes históricos	11
Crise e eleição de Ibrahim Boubacar Keita	12
Presença de forças estrangeiras no país.....	12
Segundo governo Keita	13
Golpes de Estado de agosto de 2020 e maio de 2021	13
Governo de transição.....	13
Direitos humanos	14
POLÍTICA EXTERNA.....	15
Estados Unidos.....	18
China	18
Rússia	18
Países do Golfo.....	18
ECONOMIA.....	19
Comércio exterior	20
MAPA.....	21
DADOS BÁSICOS	22
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL – MALI.....	23

PERFIS BIOGRÁFICOS



Coronel Assimi Goita, Presidente de Transição. Nascido no Mali, em 1983. Oficial militar na gestão do presidente Ibrahim Boubakar Keita, comandou força de elite anti-terrorismo antes de tornar-se um dos líderes da rebelião militar que destituiu Keita em agosto de 2020. Ocupou a vice-presidência da junta militar até maio de 2021, quando assumiu a chefia do Estado, após ordenar a prisão do presidente da transição, Bah Ndaw, e de seu primeiro-ministro. Formado na academia militar do Mali, com experiência operacional no norte do Mali, área de atuação do Movimento Separatista do Azawad e de grupos ligados ao Estado Islâmico e à Al Qaeda.



General Abdoulaye Maïga, Primeiro-Ministro. Militar, formado em Diplomacia e Direito Internacional em Argel, com especializações em Política de Defesa e Segurança Internacional em Paris e Lyon, além de Direitos Humanos e Direito Humanitário em Évry. Doutor em Segurança Internacional e Defesa pela Universidade Jean Moulin Lyon 3, da Faculdade de Direito. Previamente, trabalhou na Direção de Alerta Precoce sobre Prevenção do Terrorismo na CEDEAO, e como policial na MONUSCO. Além disso, foi Ministro de Administração Territorial do Mali antes de ser nomeado primeiro-ministro em 21 de novembro de 2024.



Abdoulaye Diop, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Nacional. Diplomata de carreira, nascido em 1965. Foi titular da pasta de 2014 a 2017, sob o presidente Ibrahim Boubakar Keita, antes de ser reconduzido ao cargo em junho de 2021 pelo presidente da transição, coronel Assimi Goita. Bacharel em Diplomacia pela Escola Nacional de Administração, na Argélia; Mestre em Relações Internacionais pelo Instituto Internacional de Administração Pública, na França, e em Diplomacia e Administração de Organizações Internacionais pela Universidade de Paris-Sud XI, França. Ao longo da carreira, serviu como assessor da Presidência da República e como embaixador do Mali em países africanos, nos EUA, no Programa Mundial de Alimentos e no Conselho de Segurança da ONU. No primeiro mandato como chanceler, foi negociador-chefe do Acordo de Argel, em 2015.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Mali estabeleceram relações diplomáticas em 1962. A Embaixada do Brasil em Bamako foi criada em outubro de 2007 e iniciou suas atividades em julho de 2008. A Embaixada malinesa em Brasília, por sua vez, foi aberta em 2011. Tem-se verificado crescente aproximação entre os dois países, tendo como ponto de partida, sobretudo, as áreas de cooperação técnica, comércio e defesa. O Mali tem sido parceiro do Brasil em foros multilaterais, nos quais vem apoiando candidaturas e pleitos brasileiros.

Em 1981, o então presidente do Mali, Moussa Traoré, fez visita ao Brasil. Foram assinados, na ocasião, o Acordo para a Criação de uma Comissão Mista bilateral e o Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica, ambos em vigor.

Em agosto de 2009, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Mali, Moctar Ouane, visitou o Brasil e assinou, com sua contraparte brasileira, Acordo sobre a Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço.

Na mesma ocasião, celebrou-se o Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Mali relativo ao Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas. O documento foi assinado pelo ex-Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, e o então Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Mali, Moctar Ouane. Ainda não houve reunião do Mecanismo de Consultas Políticas.

Em outubro do mesmo ano, houve visita oficial do chanceler ao Mali, quando foi assinado Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, que não foi ratificado pelo governo maliano até o presente.

Em 2010, o então Presidente do Mali, Amadou Toumani Touré, visitou o Brasil.

Em janeiro de 2023, o ex-Primeiro-Ministro Choguel Kokalla Maiga compareceu à cerimônia de posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Integraram a delegação o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional, Abdoulaye Diop, e o Ministro do Desenvolvimento Rural, Modibo Keita.

Em novembro de 2025, a ministra do Meio Ambiente do Mali, Doumbia Mariam Tangara, chefiou a delegação maliana que participou da COP30, em Belém, no Pará.

Cooperação técnica. Desde 2006, o Brasil realiza ações de cooperação técnica com o Mali, nas áreas de agricultura, biocombustíveis, piscicultura e pecuária em diferentes estágios de implementação.

Na área de agricultura, os projetos *Cotton-4* (Fase 1) e *Cotton-4+Togo* (Fase 2) se destacaram pelo aumento expressivo da produção de algodão no Mali durante a implementação da iniciativa. A Fase 1 foi executada de 2009 a 2013 e a Fase 2 de 2014 a 2020. Ao todo, foram realizadas 42 capacitações. Na Fase 1, 425 pessoas foram capacitadas. Na Fase 2, foram capacitados 269 produtores de algodão, 21 pesquisadores, 11 técnicos e 49 extensionistas.

A ABC mantém, com o Mali, iniciativas de cooperação técnica bilateral (CGAA) e trilateral (CGTRI), em parceria com organismos internacionais, além de ações de cooperação humanitária naquele país. Atualmente, os principais interlocutores malianos são o “Ministère de l'Agriculture de l'Elevage” – MAE e a “Compagnie Malienne pour le Développement des Textiles” – CMDT. A pauta bilateral de cooperação tem projetos em diferentes estágios de implementação nas áreas de agropecuária, a saber, algodão, solos, piscicultura e pecuária.

Tendo em vista que o Mali é um país agro-pastoril, cujo principal produto é o algodão (em 2024, algodão figurou 12,5% das exportações do país), que é um dos principais financiadores do desenvolvimento maliano, e considerando que a segurança alimentar é uma

das questões caras ao Governo maliano, a cooperação com o Brasil está de acordo com a estratégia daquele país em matéria de desenvolvimento.

Destacam-se os seguintes projetos recentes de cooperação com o Mali, em diferentes fases de implementação, nas áreas de cultivo do algodão, pecuária, solos, piscicultura, merenda escolar, defesa civil, trabalho decente e biocombustíveis:

a) *Cotton-4+Togo*. Situação: Concluído. De natureza estruturante e de âmbito regional (contempla ainda Benim, Burkina Faso, Chade e Togo), o projeto teve como meta fortalecer a produção cotonífera nos países envolvidos, por intermédio de investimentos em sementes, capacitação profissional e pesquisa em controle de pragas. Já finalizadas, as atividades se iniciaram em 2009, com os preparativos para o plantio da primeira safra. Para tanto, a Estação Experimental de Sotuba, localizada nos arredores de Bamako, foi revitalizada e equipada com laboratórios, maquinário e materiais necessários para os cursos de capacitação, ministrados por membros da Embrapa. Em 2015, iniciou-se a execução das atividades da segunda fase, cujos objetivos principais são difundir os conhecimentos consolidados na primeira fase e contribuir para a segurança alimentar das populações beneficiadas. Dessa forma, o projeto visou não só ao aumento da qualidade e da quantidade do algodão, mas também à produção de alimentos por rotação de culturas.

O projeto *Cotton-4* gerou novas iniciativas de cooperação técnica na área de solos de zonas produtoras de algodão, como a iniciativa “Integração africana para o melhoramento genético sustentável do algodão” e o “Projeto Regional estratégico de estruturação do laboratório de Sotuba”, para atender a demanda de produtos biológicos contra pragas de culturas nos países do *Cotton-4+Togo*.

b) *Trabalho decente e merenda escolar*. Na pauta de cooperação trilateral com organismos internacionais em favor do Mali, constam dois projetos. O projeto Promoção do Trabalho Decente na Cadeia do Algodão no Mali, elaborado em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), visou a fortalecer as capacidades das instituições públicas malianas para a promoção do trabalho decente na cadeia do algodão e foi financiado com recursos dedicados à cooperação internacional do Instituto Brasileiro do Algodão (IBA). A vigência foi de 2020 a 2022.

O Programa de Execução PMA/Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar envolve a gestão e a expansão de programas de alimentação escolar em diversos países da África. Foi iniciado em 2010 e estará vigente até dezembro de 2026. O Mali faz parte do grupo de países cooperantes, mas não há, atualmente, atividades em curso naquele país.

c) *Projeto solos*. O projeto Preservação do Potencial Produtivo das Zonas Produtoras de Algodão no Mali – Cotton Solos estará vigente até o segundo semestre de 2026 (desde 2019). Com vistas à recuperação dos solos para plantio, analisa problemas de solo e propõe possíveis alternativas para corrigir acidez e produtividade do solo, com intervenções semelhantes ao que ocorreu no Brasil nos anos 1970 com o cerrado. O projeto inclui missões técnicas ao Mali e capacitação de profissionais locais. Considera não apenas a qualidade do solo para a produção, mas a qualidade de vida das comunidades que vivem da produção agrícola, suas condições de saúde, sanitárias e de infraestrutura, como o acesso a água potável.

d) *Piscicultura*. Iniciado em 2021, o projeto Aumento do Potencial Produtivo da Piscicultura no Mali tem vigência até outubro de 2026. O projeto busca fortalecer a nutrição e a segurança alimentar da população malinesa, além da capacidade de produção comercial.

Equipe da ABC e da Universidade Federal de Lavras visitou o Mali em fevereiro de 2020. Acordou-se que o lado brasileiro trabalharia em conjunto com piscicultores, setor privado, centros de formação privados e públicos, cooperativas e autoridades do governo maliano no planejamento das atividades.

Em março de 2025, houve manifestação de aceitação, por parte do Ministério da Pecuária e da Pesca do Mali, do Acordo Sanitário Animal. Seu desdobramento se dá em paralelo ao desenvolvimento do projeto Manutenção do Potencial da Piscicultura, conduzido pela ABC no Mali.

e) *Pecuária*. O projeto Aumento do potencial produtivo de carne bovina do Mali (Mali Pecuária) se iniciou em 2021 e estará vigente até o segundo semestre de 2026. Trata-se de projeto desenvolvido pela ABC em conjunto com a Universidade Federal de Lavras (UFLA). Missão da ABC, integrada por médicos veterinários da UFLA e da Universidade Anhanguera Brasil, foi realizada em julho de 2023, com vistas a realizar a capacitação e treinamento das equipes de trabalho (multiplicadores) dos abatedouros de Kayes e Bamako e de outras instâncias da cadeia produtiva, sobre a implantação de boas práticas de fabricação no processo de abate para melhoria dos processos de obtenção e processamento da carne segura no Mali.

O projeto realizou 4 missões de especialistas da UFLA ao Mali para a execução de suas atividades, dentre as quais, duas capacitações na área de gestão de açougues (em 2023 e 2024).

f) *Biocombustíveis ("Produção e Uso de Bioetanol como Combustível para o Desenvolvimento Econômico no Mali")*. Em março de 2022, missão de prospecção da ABC ao Mali manteve reuniões com equipe da Agência Nacional de Desenvolvimento de Biocombustíveis-ANADEB para discutir fragilidades e problemas enfrentados pelo país na implementação do programa de produção e comercialização de bioetanol, produzido a partir de cana de açúcar. Em audiência à missão brasileira, o Ministro de Minas, Energia e Água do Mali, Lamine Seydou Traoré, manifestou o interesse de sua pasta em desenvolver projetos de cooperação técnica bilateral.

A missão resultou na elaboração de minuta de projeto, com o objetivo geral de contribuir para a melhoria das condições de vida das populações rurais e urbanas e a redução da pobreza, através da promoção da produção e utilização do bioetanol como combustível, contribuindo para a mitigação e adaptação às alterações climáticas. O projeto terá como objetivo específico aumentar a disponibilidade de bioetanol no mercado local.

Em seguimento à missão, a ABC deverá coordenar-se com as eventuais instituições brasileiras para finalizar a proposta e tomar providências para validação e assinatura do documento com todas as entidades parceiras. Em setembro de 2022, a ABC consultou o EMATER-MG sobre seu interesse em estabelecer parceria para implementar o projeto.

Cooperação em defesa. Diante dos desafios de segurança que o Mali vem enfrentando desde 2011, a necessidade de reequipamento e treinamento de suas forças armadas abriu oportunidades para aprofundamento da cooperação em defesa, sobretudo na área de comércio de produtos de defesa. A formação e o treinamento de pilotos militares e engenheiros do Mali em São Paulo, bem como o suprimento de armas e munições que equipam as aeronaves brasileiras em uso pela Força Aérea maliana, sinalizam relacionamento de longo prazo.

A conclusão do Acordo-Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa é, atualmente, dificultada pelo cenário de instabilidade política e pela crise de segurança no Mali. Além disso,

o governo maliano enfrenta acusações de violações de direitos humanos e do Direito Internacional Humanitário.

Em março de 2023, o Ministro Biop entrou em contato com a embaixada brasileira em Bamako, reconhecendo a ausência de resultados recentes na cooperação em temas de defesa e expondo a necessidade de identificar, se possível, uma forma de contornar em termos práticos a ordem executiva 14024, assinada durante a gestão Biden, nos Estados Unidos, que autorizava a imposição de sanções contra pessoas e entidades envolvidas em "atividades estrangeiras nocivas" da Rússia, aplicada contra o Ministro da Defesa (Coronel Sadio Camara), o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (General Alou Boï Diarra) e o vice-chefe do Estado-Maior (Tenente-Coronel Adama Bagayoko).

Em resposta, foi retomada a discussão sobre a assinatura de contrato de manutenção das aeronaves Super Tucano (em espera desde agosto de 2023).

Cooperação educacional. A cooperação educacional com o Mali está amparada em Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica. Até 2022, sete estudantes malianos beneficiaram-se das vagas oferecidas pelo Brasil no âmbito do Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G).

Cooperação para formação de diplomatas. Em audiência ao Embaixador brasileiro em agosto de 2023, o Embaixador Mehidi Diakite, Diretor de Américas do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Mali, enalteceu a formação oferecida pelo Instituto Rio-Branco e expressou disposição de retomar tratativas em prol do oferecimento de bolsa de estudos do Instituto Rio Branco a aluno maliano.

Em novembro de 2023, o Ministério dos Negócios Estrangeiros transmitiu às autoridades acadêmicas competentes minuta de convênio entre a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade do Mali. Caso seja assinado, o instrumento reforçará a possibilidade de que algum diplomata maliano aprenda português e possa eventualmente frequentar as aulas do CPCD/IRBr.

Cooperação humanitária. Por intermédio de projeto de cooperação com Centro de Excelência contra a Fome, em Brasília, do Programa Mundial de Alimentos (PMA), a ABC transferiu, em 2022, ao Escritório do PMA em Bamako, aporte financeiro no valor de USD 80 mil para a aquisição de alimentos destinados a fortalecer o sustento básico e a segurança alimentar e nutricional à assistência humanitária brasileira aos deslocados internos e refugiados instalados no campo de Sénou, ao sul da capital maliana, cuja situação de vulnerabilidade se viu agravada pela pandemia da COVID-19, bem como pelos efeitos decorrentes da crise na Ucrânia e pelo consequente aumento verificado nos preços de alimentos e combustível no mundo.

Serviços aéreos. Em 2013, autoridades aeronáuticas do Brasil e do Mali rubricaram Acordo de Serviços Aéreos (ASA). Na ocasião, foi igualmente assinado Memorando de Entendimento entre a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e sua correlata maliana, para regular as relações dos dois países nessa área enquanto o ASA não é efetivamente assinado. Ambos os documentos estabelecem livre determinação de capacidade, com qualquer tipo de aeronave, para voos bilaterais. Não há restrição de pontos de origem e de destino das frequências de voo. Há previsão de direitos de 5ª liberdade, a serem considerados pelas autoridades caso a caso.

Candidaturas. O Brasil solicitou o apoio do Mali à sua candidatura no Conselho de Direitos Humanos, nas Nações Unidas, para o período 2027-2029.

RELAÇÕES ECONÔMICAS

Os setores agrícola e de infraestrutura do Mali apresentam grande potencial para a atração de investimentos brasileiros. Há também possibilidades de investimentos nas áreas de exploração mineral, desenvolvimento de recursos hídricos, gado e couros, processamento de bebidas e alimentos e energia (térmica, solar e hidrelétrica).

Importador de alimentos, o Mali busca aumentar sua produtividade agrícola e implantar sistemas agroindustriais. Missões empresariais do Mali ao Brasil realizadas em outubro e dezembro de 2021 demonstraram interesse em sistemas brasileiros de produção e financiamento do agronegócio, com ênfase em fabricação de ração para gado, melhoria da produtividade do rebanho, aperfeiçoamento de sementes e piscicultura. Na área urbana, visitaram cooperativa de coleta, beneficiamento e comercialização de materiais recicláveis e projeto de construção de habitações populares.

Comércio. Fortemente concentrada nas exportações brasileiras, a corrente de comércio bilateral alcançou em 2016 seu recorde histórico, USD 48 milhões, dos quais aproximadamente USD 43 milhões referiam-se aos Super Tucanos da Embraer adquiridos pelo governo do Mali.

A corrente comercial entre Brasil e Mali é, atualmente, reduzida. O comércio bilateral é caracterizado por amplo saldo favorável ao Brasil.

Em 2025, o fluxo comercial foi de 1,71 milhão de dólares, com superávit brasileiro (apenas 0,004 de importações do Mali). Os principais produtos exportados foram: “Outras preparações para alimentação de crianças; Caramelos e confeitos; e Pimenta”; ao passo que as importações consistiram em “Coleções e peças de coleção; Partes e acessórios para outros instrumentos; e Processadores e controladores”.

Produtos de defesa. Atualmente, o comércio de produtos de defesa com o Mali pode gerar consequências negativas nos planos jurídico e diplomático, em razão da persistente instabilidade política do país e da deterioração dos direitos humanos. O país enfrenta grave crise de segurança devido à ação de grupos terroristas separatistas e de vertente islâmica, e há denúncias de violações de direitos humanos e de Direito Internacional praticadas por forças de segurança governamentais e entidades paramilitares que atuam em conjunto com o governo maliano. O Mali sofreu sanções da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) após a ruptura da ordem constitucional, em 2021. O país saiu da CEDEAO em 2025. Além disso, o Mali está suspenso da União Africana, desde 2021. Operações de exportação de produtos de defesa devem sofrer escrutínio e avaliação rigorosa.

Devido à existência de contratos de venda firmados em anos anteriores, houve fornecimento de armamentos e munições por empresas brasileiras para o Mali. Em 2016, a EMBRAER fechou contrato para venda de seis aeronaves A-29 Super Tucano para o Mali, das quais quatro foram entregues às Forças Armadas do Mali em 2018, tendo iniciado operações de combate contra grupos jihadistas em dezembro de 2019.

Em setembro de 2022, a Avibras Indústria Aeroespacial S.A. informou à embaixada em Bamako ter firmado contrato com o governo maliano para fornecimento de sistemas de defesa ar-terra *Skyfire* para aviões Super Tucano da Força Aérea do Mali. Assinado pelo então Ministro da Defesa e dos Antigos Combatentes, Coronel Sadio Camara, o contrato formalizou compra no valor de USD 4.826.642.00, com prazo de entrega de 10 meses.

Empréstimos e financiamentos oficiais. Não há registro de créditos oficiais brasileiros a tomador soberano do Mali. Além disso, o Mali não possui dívida ativa (resultante do inadimplemento de compromissos financeiros) com o Brasil.

ASSUNTOS CONSULARES

Segundo estimativa da Embaixada do Brasil em Bamako, haveria 29 brasileiros residentes no Mali. A comunidade brasileira no país é integrada essencialmente por missionários protestantes e católicos, que se concentram em Bamako e nas cidades de Mopti (centro do país), Kayes (oeste, perto da fronteira com Senegal) e Sikasso (sul, próxima ao Burkina Faso), bem como por funcionários das Nações Unidas.

POLÍTICA INTERNA

O Mali é um país da África Ocidental sem saída para o mar e que conta com vasto território, de mais de 1.240.000 km², e população de aproximadamente 24,5 milhões. Compartilha fronteiras com a Argélia, ao norte; o Níger e o Burkina Faso, ao leste; a Côte d'Ivoire e a República da Guiné, ao sul; e o Senegal e a Mauritânia, ao oeste. Ex-colônia francesa, o país é marcado por grande diversidade geográfica e étnica. Majoritariamente plano, divide-se entre o Norte, ocupado pelo deserto do Saara, o Centro e Centro-Leste coberto pelo Sahel, e o Sul, caracterizado pela savana, cortada por dois dos principais rios africanos: o Senegal e o Níger. Etnicamente, o Norte caracteriza-se pela presença dos berberes tuaregues, o Centro e o Centro-Oeste incluem também populações árabes, enquanto, na maior parte do país, encontram-se diversas etnias, como os bambaras (cujo idioma é o mais falado), os fulas ou fulanis (grupos nômades e pastoris), os dogons (grupo de agricultores sedentários), os malinques e os soninques, entre outros. A maioria da população é mulçumana sunita (quase 90%), mas, no Sul, há grupo importante de cristãos (maioria católica, mas com crescente número de protestantes), além de adeptos de religiões animistas.

O Mali é uma república unitária semipresidencialista. Desde a ruptura da ordem constitucional de maio de 2021, o Poder Legislativo passou a ser representado por “Parlamento Interino”, composto por 121 membros indicados pelo governo de transição.

O órgão máximo do judiciário é a Corte Suprema. O país ocupa a 184ª posição em lista de países ordenados segundo o índice de desenvolvimento humano (IDH) das Nações Unidas. A expectativa de vida é de 59,3 anos e o índice de alfabetização é de 35,5% da população.

Antecedentes históricos. O território atual da República do Mali foi sede de três impérios africanos: o Império do Gana (300dC-1240dC), o Império do Mali (1230-1670) e o Império Songai (1464-1591). No apogeu, o Império do Mali ocupou área que ia da costa senegalesa ao norte do Benin, ocupando o alto e o médio rio Níger. Controlava as rotas de comércio terrestres no Sahel que conectavam o mediterrâneo ao golfo da Guiné e constituíram o caminho pelo qual se difundiu a fé islâmica na região. No período em que os portugueses estabeleceram seus primeiros entrepostos comerciais na costa africana, os monarcas do Império do Mali já se haviam convertido ao Islã. As cidades de Timbuctu e Gao, no leste do país, foram centros acadêmicos mulçumanos importantes no século XVI.

Em meados do século XIX, a França ocupou o Senegal e, a partir dali, expandiu o controle militar sobre a África Ocidental, tanto em áreas costeiras (Guiné, Costa do Marfim, Benim), como no interior (Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger). Em 1895, criou-se a “África Ocidental Francesa” para administrar as colônias na região, com capital em Saint-Louis (norte do Senegal) e posteriormente Dacar. O arranjo neocolonial durou até 1958 e incluía os seguintes países (denominações atuais): Senegal, Mauritânia, Mali, Guiné, Costa do Marfim, Burkina Faso, Níger, Benim e Togo.

O Mali tornou-se independente em 1960. O primeiro presidente malinês, Modibo Keita, alinhou o país ao bloco comunista no contexto da Guerra Fria. Em 1968, o tenente Moussa Traoré destituiu Keita e estabeleceu regime de partido único, que duraria até 1991. Nesse ano, o Presidente Traoré foi destituído como consequência de maciços protestos populares e um movimento militar que deu início a processo de abertura política, com a adoção de uma nova Constituição e a realização das primeiras eleições democráticas do país, em 1992. A partir de então, sucessão de governos eleitos para mandatos de cinco anos evoluiu sem quebras institucionais até 2012.

Guerra civil e eleição de Ibrahim Boubacar Keita (IBK). A invasão do Iraque em 2003, a guerra civil síria (iniciada em meados de 2011) e, principalmente, a derrubada do governo Gaddafi (2011), na Líbia, alimentaram rede transnacional de movimentos armados radicais na região do Sahel. Tendo em vista as fronteiras porosas e as conexões religiosas, sociais e tribais existentes entre os povos nômades do Magreb e do Sahel, combatentes que vinham atuando na Líbia passaram, logo após a queda do Coronel Gaddafi, a operar na área que se estende do lago Chade à Mauritânia, passando pelo norte do Mali.

A mobilização de grupos armados no Mali intensificou-se a partir de 2012, na esteira do fluxo de mercenários e armas provenientes da Líbia. Na ocasião, o Movimento Nacional para a Libertação do Azauade (MNLA), que defendia a criação de estado independente no norte do Mali, realizou ataques contra forças governamentais, em colaboração com grupos armados islâmicos e militares rebeldes. Em março de 2012, diante do avanço rebelde que chegou a ameaçar a capital, o Presidente Amadou Toumani Touré, eleito em 2002 e reeleito em 2007, foi destituído por militares descontentes com as dificuldades do governo para reagir.

Com apoio militar estrangeiro (tropas francesas e “peacekeepers”), as forças regulares malianas retomaram controle sobre parte do território antes praticamente dominado pelos rebeldes e organizou, em julho e agosto de 2013, eleições presidenciais para mandato de cinco anos, vencidas por Ibrahim Boubacar Keita (IBK), que defendia postura firme contra a corrupção e a ameaça terrorista.

Presença de forças estrangeiras no país. Em 2012, face ao avanço de grupos separatistas, organizações criminosas transnacionais e jihadistas, junta militar assumiu o governo do Mali e solicitou ajuda internacional. Eleito em 2013 e reeleito em 2018, o presidente Ibrahim Boubacar Keita (IBK), promoveu esforço de estabilização política interna pautada em parceria militar e política com o ocidente. Em seus mandatos, instalaram-se no Mali, em apoio às Forças Armadas do Mali (FAMa), outras quatro forças militares: a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali (MINUSMA), com 15.500 integrantes; a Operação Serval e sua sucessora, a Barkhane, da França, que contou com 4.500 efetivos em território malinês antes de sua retirada do país em 2022; a Missão de Treinamento da União Europeia no Mali (EUTM Mali), com 600 integrantes, majoritariamente espanhóis; e tropas do G5-Sahel (força conjunta de Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger e Chade), com 500 militares no Mali. No fim de 2019, países da União Europeia anunciaram nova força-tarefa para atuar no Mali, denominada Takuba. Composta de unidades especiais da França, Bélgica, Estônia, Itália, Países Baixos, República Tcheca, Portugal, Suécia e Noruega, a força-tarefa Takuba contou com efetivo de 600 militares, antes de ser desmobilizada a partir de fevereiro de 2022, em contexto de deterioração das relações entre a junta militar maliana e os parceiros europeus.

Com efeito, os golpes militares de agosto de 2020 e maio de 2021 promoveram inflexão quanto ao recurso a forças militares estrangeiras, com a desarticulação das alianças mantidas ao longo da década anterior com países europeus em favor da aproximação com a Rússia, por meio da contratação (não reconhecida oficialmente pelo governo de transição maliano) de serviços privados de segurança, nomeadamente do grupo russo Wagner.

Acordo de Argel (2015). O Acordo de Paz e Reconciliação no Mali, mais conhecido como Acordo de Argel, foi assinado em 2015 pelo governo maliano, pela Plataforma (coalizão de grupos armados que não contestam a unidade territorial malinesa) e pela Coordenação dos Movimentos do Azauade (CMA, coalizão de grupos armados que defendem a autodeterminação da região do Azauade).

Segundo governo Keita. Em 2018, o Presidente Ibrahim Boubacar Keita, do partido RPM (“Rassemblement pour le Mali”), derrotou Soumalya Cissé, da URD (“Union pour la République et la Démocratie”), no segundo turno. Depois de, inicialmente, contestar os resultados, Cissé adotou posição construtiva, sendo, inclusive, convidado pelo Presidente a compor forças em situações de emergência.

No início do segundo mandato do Presidente Keita, uma série de ataques terroristas contra combatentes e população civil do Mali, uma greve nacional de professores e, sobretudo, os conflitos étnicos despertaram onda de protestos de rua. A Assembleia do Mali aprovou moção de censura ao Primeiro-Ministro Soumeylou Maiga em março de 2019. O Presidente, então, substituiu-o por Boubou Cissé.

Com relação aos conflitos étnicos, as tensões aumentaram após o início da guerra civil. Em março de 2019, as disputas entre dogons (agricultores sedentários) e fulas ou fulanis (pastores nômades ou seminômades) resultaram em conflitos com mais de uma centena de mortos. Em agosto, o governo alcançou acordo parcial de cessação de hostilidades entre grupos armados no interior do país que envolveu representantes dos dois grupos étnicos. As tensões interétnicas, no entanto, seguem ativas, como demonstrou ataque em que morreram pelo menos 21 pessoas da etnia fula no centro do Mali, em fevereiro de 2020.

Os ataques terroristas também se intensificaram em 2019. No centro e do norte do Mali, houve aumento das mortes entre civis e, principalmente, das forças militares governamentais em ataques terroristas. A MINUSMA e as tropas francesas também sofreram ataques de forte repercussão midiática e em número maior.

Golpes de Estado de agosto de 2020 e maio de 2021. Em agosto de 2020, a insatisfação popular com problemas sociais, denúncias de corrupção, conflitos interétnicos e aumento dos ataques terroristas encontrou eco nas forças armadas, que destituíram IBK e estabeleceram novo governo. A CEDEAO impôs sanções – fechamento de fronteiras, suspensão de transações comerciais e financeiras, congelamento de bens e de valores em bancos e a retirada de Bamako dos embaixadores de todos os países membros da entidade – até que houvesse governo civil de transição e novas eleições em até 18 meses. O governo de transição, formalmente civil (ainda que seus principais integrantes fossem militares), comprometeu-se com eleições presidenciais em fevereiro de 2022, além de reafirmar os acordos anteriores com MINUSMA, França e tropas europeias. Contudo, em maio de 2021, o Coronel Assimi Goita, vice-presidente do governo de transição, ordenou a prisão do presidente, Bah N’Daw, e do primeiro-ministro, Moctar Ouane, assumindo a presidência e indicando Choguel Maiga, líder do movimento M5-RFP (Movimento 5 de junho “Rassemblement des Forces Patriotiques”), como primeiro-ministro.

Governo de transição do coronel Assimi Goita (2021-). Em abril de 2024, o presidente da Transição assinou decreto que suspendeu as atividades de todos os partidos e associações políticas no país. Em 20 de novembro de 2024, o Governo de Transição, sob o presidente, Assimi Goita, decidiu destituir o gabinete do PM Choguel Kokalla Maïga. Ato contínuo, em 21 de novembro de 2024, o GT empossou como novo Primeiro-ministro do país o Major-General Abdoulaye Maïga (que acumula o cargo de Ministro da Administração Territorial e Descentralização).

Durante o mês de julho de 2025, o chefe da junta militar do Mali promulgou a lei que lhe confere um mandato de cinco anos renovável sem eleições, e tornou-se Presidente “de fato” da República. Segundo a lei, “o presidente assegura o cumprimento da Constituição e da Carta de Transição. Exerce as funções de chefe de Estado por um período de cinco anos, renovável tantas vezes quantas as necessárias, até à pacificação do país, a contar da promulgação da presente Carta”.

Direitos humanos. Um relatório de maio de 2023 do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) concluiu que forças armadas do Mali e mercenários do Grupo Wagner executaram mais de 500 pessoas, incluindo atos de estupro e tortura, durante uma operação militar em Moura em março de 2022.

Em dezembro de 2023, a Missão das Nações Unidas no Mali (MINUSMA) encerrou oficialmente suas atividades após dez anos de presença no país.

A retirada da missão coincidiu com um cenário de crise política interna e denúncias de abusos. De acordo com a *Human Rights Watch* (HRW), as autoridades intensificaram a repressão à mídia e à oposição, restringindo o espaço cívico e utilizando ameaças, assédio, intimidação e desaparecimentos forçados contra jornalistas, blogueiros e ativistas.

O governo anunciou investigações judiciais em resposta às denúncias. Relatórios da HRW apontaram violações graves em operações militares realizadas entre dezembro de 2022 e março de 2023, especialmente nas regiões de Mopti e Ségou. O governo do Mali declarou não ter conhecimento dos fatos.

Mais recentemente, houve novas denúncias de abusos cometidos pelas forças de defesa malianas em conjunto com mercenários russos do grupo Wagner. Em abril de 2025, cerca de 60 homens, em sua maioria da etnia fulani, teriam sido presos, torturados e executados próximo ao acampamento militar de Kwala, na região de Koulikoro. Poucas semanas depois, em maio do mesmo ano, a HRW denunciou a execução extrajudicial de pelo menos 22 homens detidos sob custódia militar em Diafarabé, no centro do Mali.

POLÍTICA EXTERNA

Logo após a independência (1960), o Mali adotou política externa de alinhamento com o bloco socialista, retirando-se da zona econômica do franco francês e aproximando-se da União Soviética, que chegou a ser o seu maior credor externo. O país participou da Organização da Unidade Africana (sucédida pela União Africana) desde a criação daquele organismo.

A partir de 1984, com a adesão do Mali à União Monetária da África Ocidental (UMOA, que deu origem à União Econômica e Monetária da África Ocidental, UEMOA, em 1994), iniciou-se reaproximação econômica e política com a ex-metrópole, a França. Desde então, o Mali adota o franco CFA ocidental, moeda única dos países da UEMOA, cuja conversibilidade com relação ao euro é garantida pela França mediante depósito de grande parte das reservas do banco central regional no banco central francês. O movimento em direção às potências ocidentais foi acelerado após a queda da URSS.

Atualmente, a inserção internacional do Mali é condicionada por sua crise política e securitária, que drena boa parte dos recursos e das capacidades do governo central. O conflito interno, com causas e repercussões regionais, acaba condicionando os relacionamentos bilaterais, regionais e multilaterais do Mali.

Terrorismo jihadista no Sahel. Na última década, houve um aumento do terrorismo na África, especialmente o de matriz islâmica extremista, ou “jihadismo”. Até 2010, os dois maiores focos de atividade terrorista na África eram o Magreb (em particular, a Argélia) e o Chifre da África (especialmente o Sudão). Hoje, o Sahel (faixa de território ao sul do deserto do Saara que atravessa o continente africano no sentido leste-oeste) abriga dois dos principais focos de instabilidade não apenas no continente, mas no mundo: a tríplice fronteira entre Mali, Níger e Burkina Faso; e a região do Lago Chade, na fronteira entre Nigéria, Níger, Chade e Cameroun.

Os principais grupos terroristas ativos no Sahel são a Al-Qaeda, o Estado Islâmico (ISIS, ISIL) e numerosos grupos afiliados e dissidentes de ambos. Na região de fronteira entre Níger, Burkina Faso e Mali, atuam principalmente o Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI), o Movimento pela Unidade e Jihad no Oeste da África (MUJAO), o Grupo de Apoio ao Islã e Muçulmanos (JNIM), o Katiba Macina, o Estado Islâmico do Grande Saara (EIGA) e o Ansarul Islam (IRSAD). Na região do Lago Chade, os principais grupos jihadistas são o Boko Haram, o Estado Islâmico da Província da África Ocidental (ISWAP) e o Jama’atu Ahl al-Sunnah lil-Dawa wal-Jihad (JAS).

Na década de 2010, o Sahel foi objeto de intervenções militares multilaterais, regionais e extra-regionais: a Missão Internacional Africana de Apoio ao Mali, da CEDEAO; a Força Conjunta G5-Sahel (Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger e Chade); a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali (MINUSMA); a Operação Serval, iniciada em 2013 pela França, a pedido das autoridades malianas, e sua sucessora, a Operação Barkhane; tropas do Comando África dos Estados Unidos (AFRICOM); a Missão de Treinamento da União Europeia no Mali (EUTM-Mali); e a Força-Tarefa Takuba, iniciativa europeia liderada pela França.

Desdobramentos recentes em alguns países do Sahel, como os golpes militares no Mali (2020, 2021) e no Burkina Faso (2022), promoveram inflexão quanto ao recurso a forças militares estrangeiras, com a desarticulação das alianças mantidas ao longo da década anterior com países europeus em favor da aproximação com a Rússia, por meio da contratação de serviços privados de segurança, nomeadamente do grupo russo Wagner.

As parcerias de segurança e contraterrorismo do Mali com forças estrangeiras mudaram significativamente em 2023 com a retirada da Missão de Manutenção da Paz da ONU no Mali (MINUSMA) e o estabelecimento da Aliança dos Estados do Sahel (AES).

No final de 2025, o grupo terrorista *Jama'at Nusrat al-Islam wal-Muslimin* (JNIM) promoveu o bloqueio da entrada de caminhões com combustível na cidade de Bamako e gerou grave crise de abastecimento. Cerca de 95% do combustível no Mali é fornecido via Senegal e Costa do Marfim.

Em 25 de abril de 2026, ocorreram intensos combates e tiroteios nos arredores de Bamako, capital do Mali, e em diversas cidades do interior do país, entre soldados e "grupos terroristas armados" que realizaram vários ataques coordenados. Os jihadistas retomaram o controle da cidade de Kidal. O Africa Corps anunciou a retirada de suas tropas da cidade de Kidal, mas afirmou que continuará a atuar no Mali. O ministro da Defesa do Mali, Sadio Camara, foi morto em atentado com carro-bomba em sua casa.

Em maio de 2026, dois novos ataques foram realizados pelo JNIM, com apoio do FLA.

MINUSMA. A Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali (MINUSMA) foi criada em abril de 2013 pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) para apoiar o processo político de estabilização do país. Sucedeu a Missão de Suporte Internacional liderada por países africanos no Mali (AFISMA), estabelecida pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). A MINUSMA encerrou suas operações em 31 de dezembro de 2023, de acordo com a Resolução 2690 do Conselho de Segurança da ONU.

A MINUSMA foi a missão da ONU com a maior letalidade anual de capacetes azuis, tendo sofrido 310 baixas até o encerramento da missão. É considerada também a segunda missão com mais mortes da ONU no mundo, depois do Líbano. Em fevereiro de 2023, três capacetes azuis senegaleses foram mortos e outros cinco ficaram gravemente feridos. Em sua última atualização, contava com efetivo de até 13.289 militares e 1.920 policiais internacionais. Dois funcionários civis e uma oficial militar brasileiros integraram o pessoal da missão.

França e Operação Barkhane (2014-2022). Os investimentos, a ajuda ao desenvolvimento e a presença militar da França (durante seu período de atuação no Mali) são, historicamente, de grande importância para o Mali. Além de consumir bens e serviços produzidos na França, o Sahel é responsável por 16-20% das importações francesas de urânio, recurso essencial para a matriz energética daquele país europeu, altamente dependente da energia nuclear. A França é o quarto maior exportador para o Mali. Recentemente, houve redução e reestruturação da presença francesa no Mali, frente ao sentimento anticolonial e às tensões geopolíticas.

A Operação Barkhane foi lançada em 2014, em substituição à operação Serval (iniciada em 2013), a fim de combater o terrorismo na região do Sahel (Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger e Chade). O quartel-general da operação foi estabelecido em Djamena, Chade, mas a maior parte de seu contingente permaneceu no Mali. Em vista do aumento dos ataques em 2019, o efetivo foi reforçado no segundo semestre, chegando a 4.500 militares franceses desdobrados no território malinês.

A retirada da força Barkhane do Mali, bem como da força-tarefa Takuba, composta por forças especiais de países europeus, foi anunciada em fevereiro de 2022 pelo presidente francês Emmanuel Macron, por ocasião de conferência de imprensa sobre o engajamento da França e seus parceiros do Sahel no Mali, em meio à crescente deterioração das relações entre a junta militar maliana e os parceiros ocidentais. A missão foi encerrada em novembro de 2022.

União Europeia, EUTM-Mali e Força-Tarefa Takuba. Com 600 efetivos no Mali, a Missão de Treinamento da União Europeia no Mali (EUTM-Mali) esteve ativa entre 2013 e 2024 e teve o propósito de apoiar a formação e a organização das forças armadas malinesas.

No fim de 2019, países da União Europeia anunciaram nova força-tarefa, denominada Takuba, para treinar e proteger tropas malianas. Liderada pela França e integrada também por unidades especiais de Bélgica, Dinamarca, Estônia, Hungria, Itália, Noruega, Países Baixos, Portugal, República Tcheca e Suécia. A força-tarefa Takuba esteve ativa entre 2020 e 2022 e foi desativada na esteira da deterioração das relações entre o governo de Mali e a França.

G5 Sahel, CEDEAO e UA. Em 2014, Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger e Chade formaram o G5 Sahel, esforço de coordenação regional para a cooperação em desenvolvimento e segurança. Em 2017, estabeleceu-se a Força Conjunta G5 Sahel, com efetivo de 5 mil militares e sete batalhões (Mali e Níger contribuíram com dois batalhões cada, e os demais, com um). O G5 Sahel recebeu contribuições financeiras e logísticas de União Europeia, Estados Unidos, China e Rússia.

A decisão do Mali de se retirar do G5 Sahel e de sua força conjunta, anunciada em 2022, representou um ponto de inflexão para a iniciativa regional de combate ao terrorismo e promoção da segurança no Sahel. Burkina Faso e Níger também se retiraram do grupo, no ano de 2023. Os dois países restantes, Chade e Mauritânia, anunciaram em 6 de dezembro de 2023 a dissolução do grupo.

Em 29 de janeiro de 2024, o Mali anunciou oficialmente sua retirada da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), efetivada em 2025. Juntamente com o Níger e o Burkina Faso, alegaram que a organização havia se afastado de seus princípios fundadores e adotado sanções consideradas injustas contra os três países. A decisão foi tomada após meses de tensões marcadas pela suspensão de direitos políticos, fechamento de fronteiras e restrições econômicas impostas pelo bloco em resposta aos golpes militares dos países da Aliança dos Estados do Sahel.

A União Africana suspendeu o Mali em junho de 2021, em decorrência dos sucessivos golpes de Estado no país. Em fevereiro de 2024, a organização manifestou preocupação com a decisão da junta militar de suspender os partidos políticos. O presidente da Comissão da UA à época, Moussa Faki Mahamat, alertou que essa medida poderia comprometer a implementação do processo de transição e dificultar o retorno efetivo do Mali à democracia. Em julho de 2026, o Mali continua suspenso da UA.

Aliança dos Estados do Sahel (AES). Em 2023, Burkina Faso, Mali e Níger criaram a Aliança dos Estados do Sahel (AES), que surgiu como um pacto de defesa mútua, na sequência da crise nigerina de 2023 e das críticas da CEDEAO às juntas militares da região. Os três Estados-membros são, hoje, ex-membros da CEDEAO.

No dia 6 de julho de 2024, por ocasião da I Cúpula da Aliança dos Estados do Sahel Burkina Faso, Mali e Níger anunciaram a formação de uma “confederação”. A sigla AES foi mantida para referir-se à Confederação dos Estados do Sahel.

O objetivo da confederação é o combate ao terrorismo e a junção de recursos para construir infraestrutura energética e de comunicações, estabelecer um mercado comum, implementar uma união monetária, permitir a livre circulação de pessoas, viabilizar a industrialização e investir na agricultura, na mineração e no setor energético.

No final de janeiro de 2025, o ministro da defesa do Níger anunciou que os três países integrantes da AES decidiram estabelecer força conjunta com 5000 soldados para lutar contra grupos jihadistas. Não há informações claras sobre a institucionalização e sobre o financiamento dessa força.

Em setembro de 2025, a AES declarou sua intenção de denunciar o Estatuto de Roma e deixar de reconhecer a jurisdição do Tribunal Penal Internacional, por entender que a corte serviria a “pressão neocolonial a serviço do imperialismo”.

Estados Unidos. Os Estados Unidos da América e a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), que inclui o Mali, têm um Acordo-Quadro de Comércio e Investimento (TIFA). No dia 5 de abril de 2025, incidiu sobre o Mali a tarifa básica de 10% para todas as exportações destinadas aos Estados Unidos, em decorrência da adoção de tarifa universal pelo governo de Donald Trump.

China. Mali e China mantêm relações próximas desde a década de 1970. Registra-se presença crescente de empresas chinesas no Mali. A disposição da China de investir em grandes projetos de infraestrutura é vista como alternativa às opções francesa, saudita e norte-americana.

Em setembro de 2024, o presidente do Mali, Assimi Goïta, reuniu-se com seu homólogo chinês, Xi Jinping, em Pequim. Na ocasião, os líderes anunciaram conjuntamente a decisão de elevar as relações bilaterais a nível de parceria estratégica. A China manifestou disposição em cooperar para o desenvolvimento econômico do Mali, comprometendo-se a incentivar investimentos de suas empresas e a aprofundar a cooperação em setores como agricultura, energia, mineração e infraestrutura.

Rússia. A antiga URSS foi o grande aliado do Mali em seu processo pós-colonial de desenvolvimento. As Forças Armadas malianas foram, à época, totalmente equipadas por Moscou, e a liderança acadêmica, intelectual e política do país foi, durante um bom tempo, majoritariamente formada na URSS (ao passo que a liderança econômica e empresarial tem sido, em grande medida, educada na França).

Embora a influência da Rússia tenha diminuído após o fim da URSS, a presença russa no Mali nunca deixou de ser notável. A Rússia mantém uma das maiores missões diplomáticas estrangeiras em Bamako. Além de exportar equipamentos bélicos, contribui com efetivos de inteligência militar no Norte do país para a luta contra o terrorismo.

Em 24 de junho de 2025, o presidente Assimi Goïta realizou uma visita de Estado a Moscou, durante a qual Mali e Rússia assinaram uma série de acordos destinados a expandir o comércio e a fortalecer os laços econômicos. O presidente Vladimir Putin destacou o interesse russo em ampliar a cooperação nos setores de exploração geológica, energia, logística e área humanitária, afirmando que as relações bilaterais seguem uma boa tendência ascendente, ainda que o comércio entre os dois países permaneça modesto. Entre os acordos firmados, um envolveu a cooperação em energia nuclear, dando continuidade a discussões anteriores sobre um projeto estratégico para a construção de uma usina nuclear de baixa potência projetada pela Rússia.

A cooperação militar, por sua vez, continua a ser um elemento central da aliança entre os dois países. Desde o golpe que levou Goïta ao poder, as relações bilaterais se intensificaram, especialmente após a saída das tropas francesas e da ONU, quando forças mercenárias russas passaram a apoiar o governo maliano. Esse apoio, sobretudo na cooperação técnico-militar, tem sido voltado para o combate ao terrorismo e para o fortalecimento da eficácia das forças armadas e das agências de segurança, incluindo o treinamento de soldados e policiais. A Rússia ampliou sua influência no país por meio da atuação do Grupo Wagner (substituído pelo Africa Corps). Moscou apoiou a criação da Aliança dos Estados do Sahel.

ECONOMIA

Os dados mais recentes indicam que o Mali registrou, em 2024, PIB nominal de USD 26,59 bilhões e PIB per capita nominal de USD 908. As duas principais atividades econômicas do país são a exploração de ouro e a agricultura, tendo o ouro e o algodão representado, juntos, mais de 70% das exportações malinesas em 2019. Dessa forma, a economia local depende enormemente das flutuações dos preços internacionais desses dois produtos – e das doações internacionais, que também representam importante fonte de recursos para o país. A insegurança prevalece em boa parte do território malinês desde 2012 e constitui obstáculo adicional ao desenvolvimento econômico do Mali.

O algodão é o principal produto agrícola produzido no Mali. Desempenha papel crucial na economia do país, ao ser a base de subsistência de aproximadamente 70% da população. Em 2021, o setor agrícola contribuiu com cerca de 30% do Produto Interno Bruto do país. Com 15% de participação no PIB, o algodão ocupa o primeiro lugar na lista dos principais produtos agrícolas do país, composta, ainda, pelo arroz, milho, sorgo e milheto.

A crise interna iniciada pelos acontecimentos de 2012 afetou negativamente a economia do Mali, mas seus efeitos macroeconômicos foram temporalmente limitados. Houve retração econômica e aumento da inflação naquele ano. Logo em seguida, no entanto, observou-se retomada do crescimento e maior controle inflacionário. Nos últimos anos, a economia tem crescido a taxas consideráveis, superiores a 3% ao ano (com exceção de 2020, em que se registrou crescimento negativo, de -1,6%). Em 2025, a inflação manteve-se baixa e o déficit público foi de cerca de 5,1% do PIB. A dívida pública é de aproximadamente 51,7% do PIB.

Na esteira dos golpes militares de agosto de 2020 e maio de 2021 e diante da recusa da junta militar a promover retorno célere à ordem constitucional, a CEDEAO impôs duras sanções ao país, vigentes desde janeiro de 2022, incluindo: fechamento das fronteiras terrestres e aéreas entre o Mali e os demais membros da CEDEAO; embargo ao comércio do país com os demais membros, excluindo bens de consumo essenciais, produtos farmacêuticos, suplementos e equipamentos médicos, produtos petrolíferos e eletricidade; congelamento de fundos do país no Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) ou destinados ao Mali via Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO (BIDC) e Banco de Desenvolvimento da África Ocidental (BOAD); e a convocação, pelas respectivas capitais, dos embaixadores em Bamako.

Em 2024, a economia do Mali registrou crescimento do PIB de 5%, sustentado pela agricultura e serviços, apesar da queda na produção de ouro, que reduziu o setor secundário. O déficit em conta corrente recuou de 7,2% para 6,3%, favorecido por exportações de algodão e redução das importações de petróleo e alimentos, enquanto a posição externa se beneficiou de melhores termos de troca e competitividade.

Embora os preços mais altos do ouro e do algodão tenham impulsionado as exportações, as preocupações com a segurança e os frequentes cortes de energia têm impactado negativamente o crescimento. Outros riscos são a instabilidade interna, pressões financeiras, volatilidade das commodities, condições globais restritivas e vulnerabilidade climática.

O Mali foi impactado pela guerra na Ucrânia, pelo bloqueio no Mar Vermelho e pela crise financeira regional, elevando custos de importação de alimentos, fertilizantes e insumos para deslocados. Isso pressionou o orçamento, aumentou o custo de vida e agravou a insegurança alimentar, que atingiu 24% da população em 2024, frente a 15% em 2023. O FMI acertou apoio emergencial de US\$ 120 milhões (0,6% do PIB) ao país.

Setores econômicos. A agricultura representa, em seu conjunto, cerca de 40% do PIB e emprega 80% da população economicamente ativa do país. A produção agrícola desenvolve-se, sobretudo, na região sul do país, que concentra as terras férteis e as chuvas. Há, também, produção de arroz na zona central, em ponto no qual o rio Níger permite áreas de plantação próximas ao seu leito. Os principais produtos agrícolas do Mali são o arroz e o algodão, este voltado para a exportação.

O setor industrial do Mali responde por cerca de 20% do PIB e consiste basicamente em pequenas empresas dedicadas ao processamento de algodão e à confecção de têxteis. Cerca de 70% da atividade industrial está concentrada na capital. O setor de serviços, por sua vez, representa 40% do PIB e é dominado pelas atividades comerciais.

Comércio exterior. Desde 2010, a corrente de comércio do Mali com o mundo tem girado em torno dos US\$ 6 bilhões, apresentando tendência deficitária, em vista da natureza das pautas exportadora e importadora. O Mali é o principal parceiro comercial do Senegal e principal destino das exportações senegalesas (em 2020, respondeu por 20% destas, no valor de USD 825 milhões), inclusive com produtos de alto valor agregado, como cimento e manufaturados, além de produtos petrolíferos. Além disso, em 2021, 68,2% das trocas comerciais do Mali passavam pelo porto de Dacar, e o Senegal era a terceira maior fonte de investimentos diretos no país (após a Austrália e o Canadá) com mais de FCFA 50 bilhões anuais (cerca de USD 78,5 milhões).

Quanto as exportações do Mali, os dados mais recentes registram que em 2024 os principais produtos exportados pelo país foram: ouro (US\$ 704 milhões); algodão em bruto (US\$ 159 milhões); petróleo refinado (US\$ 128 milhões); outras sementes oleaginosas (US\$ 46,8 milhões); minérios de ferro (US\$42,7 milhões). As principais importações foram: petróleo refinado (US\$ 1,98 bilhão); telefones (US\$ 256 milhões); cimento (US\$ 250 milhões); algodão puro de tecido leve (US\$ 210 milhões); e medicamentos embalados (US\$ 169 milhões).

Quanto ao destino das exportações, foram: Uganda (US\$ 361 milhões); Austrália (US\$ 217 milhão); Índia (US\$ 181 milhões); Nigéria (US\$ 124 milhões); e Suíça (US\$ 121 milhões). No que tange à origem das importações: Côte d'Ivoire (US\$ 1,67 bilhão); Senegal (US\$ 1,31bilhão); China (US\$ 1 bilhão); França (US\$ 338 milhões); e Áustria (US\$ 175 milhões).

Energia. A oferta primária total de energia é basicamente composta por biomassa tradicional (80%), derivados de petróleo (20%), além de pequena parcela de hidroeletricidade. Taxas de acesso à eletricidade são baixas, sobretudo na zona rural. Em 2023, a porcentagem da população urbana com acesso a energia elétrica era de 87%. Para a população rural, o índice era de 31%, de acordo com dados do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

Recursos Minerais. O extrativismo mineral do Mali assenta-se, em boa medida, na exportação de ouro. Em 2014, a receita obtida com a indústria aurífera correspondeu a cerca de 10,2% da arrecadação federal. Em 2017, as exportações de ouro equivaleram a 62% do valor total das exportações. A exploração mineral no Mali é operada por empresas privadas. O governo detém participação minoritária em todos os empreendimentos de mineração aurífera. As principais mineradoras internacionais presentes no Mali são australianas, britânicas, canadenses e sul-africanas. O Ministério de Minas do Mali destaca, além da produção de ouro, as estimativas de reservas de outros recursos minerais, em particular o manganês e o minério de ferro. Também há importantes reservas de bauxita, urânio, fosfato, zinco e outros minerais.

MAPA



DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	República do Mali
Gentílico:	Maliano
Capital:	Bamako
Área:	1.240.192 km²
População (BM, 2024):	24,48 milhões de habitantes
Língua oficial:	Francês (trabalho); Bambara; Bobo; Bozo; Dogon; Fula; Hasanya; Kassonke; Malinke; Mamara; Senufo; Songhai; Soninke; Tamasheq.
Principais religiões:	Islamismo (94,8%); Cristianismo (2,4%); Animista (2,0%); Outras (0,8%).
Sistema de Governo:	República Semipresidencialista (Junta Militar)
Poder Legislativo:	Unicameral (Assembleia Nacional)
Chefe de Estado e de governo:	Assimi Goïta (desde 28 de maio de 2021)
Primeiro-Ministro:	Abdoulaye Maïga (desde 21 de novembro de 2024)
Chanceler:	Abdoulaye Diop (desde 11 de junho de 2021)
PIB (BM, 2024):	US\$ 26,79 bilhões (cerca de 1,27% do PIB nominal do Brasil em US\$ 2,18 trilhões)
PIB PPC (BM, 2024):	US\$ 81,14 bilhões (1,72% do PIB do Brasil, de USD 4,73 trilhões)
PIB <i>per capita</i> (BM, 2024):	US\$ 1.094,6 (10,62% do PIB <i>per capita</i> do Brasil, de USD 10.310,5)
PIB PPC <i>per capita</i> (BM, 2024):	US\$ 3.314,8 (14,84% do PIB <i>per capita</i> do Brasil, de USD 22.338,5)
Variação do PIB (BM):	5% (2025); 5% (2024); 4,7% (2023); 3,5% (2022); 3,1% (2021); -1,2% (2020); 4,8% (2019); 4,7% (2018); 5,3 (2017); 5,9% (2016); 6,2% (2015).
IDH (PNUD, 2025):	0,419 (188º)
IHDI (PNUD, 2025):	0,281
Expectativa de vida (BM, 2024):	61 anos
Índice de desemprego (BM, 2025):	2,8%
Unidade Monetária:	Franco CFA da África Ocidental (XOF)
Embaixador do Mali:	Ibrahima Diallo, desde agosto de 2022.
Encarregada de Negócios do Brasil no Mali:	MSC Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, desde maio de 2024.
Comunidade brasileira estimada:	29 (estimativa)

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL – MALI
(USD MILHÕES)

Brasil – Mali	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Intercâmbio	8,04	48,16	7,09	11,55	16,49	3,98	9,35	5,92	3,30	3,11	1,71
Exportações	7,97	48,14	7,08	11,54	16,43	3,65	8,86	4,99	3,30	2,68	1,71
Importações	0,06	0,01	0,006	0,01	0,05	0,32	0,48	0,92	0,0001	0,42	0,004
Saldo	7,91	48,12	7,07	11,52	16,38	3,33	8,38	4,06	3,30	2,25	1,71

Dados do ComexStat: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/133886>

Principais Produtos Exportados (2025): Outras preparações para alimentação de crianças; Caramelos e confeitos; e Pimenta (do gênero Piper).

Principais Produtos Importados (2025): Coleções e peças de coleção; Partes e acessórios para outros instrumentos; e Processadores e controladores.